

# Leituras populares <sup>1</sup>

*Graça Paulino*

FALE/UFMG

Dissertar sobre modos populares de viver exige que seja esclarecido o sentido econômico e cultural de muitas vidas. Eis muitas dificuldades. Como no Brasil há bichos demais catando comida entre os detritos (até o poeta viu!), em questão de leituras temos de restringir, para nossa conveniência, o sentido econômico do “popular” ao contingente de baixa renda que garante o que comer e onde morar, sem extremos de necessidade capazes de atribuir a qualquer livro a nobre função de papel higiênico. Já o sentido cultural do “popular” se complica tanto que exige novos parágrafos.

A uma plebe tão esperta que, sem ter dinheiro, não chega a passar fome nem a morar na rua, corresponde um conjunto de comportamentos a que se denomina cultura popular. Tudo bem, se intelectuais respeitassem espertezas. Como, via de regra, respeitam a si mesmos e às grandes causas, virou moda tachar a cultura popular urbana de repetidora passiva da grande indústria cultural: pobre cultura ex-popular, que se tornou “de massa”, e não presta! Exceções seriam sobras tribais e roceiras, estas, sim, divinas: pinga, congado, carranca, camdomblé, chazinho, patuá.

Entretanto, de vez em quando é bom lembrar que a luta de classes não se dá entre a minoria inteligente e a maioria burra. A cultura popular urbana não se define apenas por ignorâncias, porque felizmente é sempre contraditória a relação entre as pessoas concretas e as homogeneidades administradas. Nas vidinhas populares, assim como em lúcidas e grandes vidas, estão misturados os modos de ser espontâneos e os conduzidos pelos grupos de dominação cultural. É sempre a mistura cotidiana entre o que se inventa e o que se repete, entre o que se engole sem reclamar e o que se vomita.

Enfrentemos, então, a definição do popular por estatística. Qualitativamente tão impreciso, o termo só pode designar o que diz respeito ao que é majoritário numa sociedade, ao que define uma população pela maioria. Sob o aspecto econômico, essa definição é a que de início já nos conviera, visto ser a maioria da população brasileira composta por aquele citado contingente de baixa renda que “se vira” para ter o que comer

<sup>1</sup> Texto extraído da conferência pronunciada em novembro de 85, em Porto Alegre, a convite da Associação Internacional de Leitura.

e onde morar. Em termos culturais, esquecendo-nos de palmas ou vaias, o popular, mesmo não formando um todo indiviso, engloba necessariamente sentimentos, comportamentos e preferências majoritários, tais como gostar de televisão e não gostar de ler.

Toda distinção simbólica é uma distinção de classe, na medida em que exprime e transfigura as diferenças econômicas. Por isso mesmo a leitura está mitificada como prática de elite no pensamento do povo brasileiro. Ainda que todos os favelados do país hoje frequentassem a escola, a maioria não sairia dela gostando de ler, pois a escrita não é apresentada como língua deles, nem é introduzida na sua intimidade. O universo da escrita é, para as classes subalternas, um clube fechado onde só entram os que têm cota. A escola de 1º grau, quando é escola para pobres, não torna alguém sócio do clube, embora o leve para fazer uma rápida visita, alardeando a falta de preconceitos. Pelo mesmo motivo (a visão da leitura literária como privilégio de poucos competentes), reduzir o preço dos livros ou inaugurar bibliotecas públicas não aumentaria o número de leitores.

O universo de expectativas do povo com relação às letras não é positivo. A maioria das pessoas afirma que desistiu de ler, pois leu algumas histórias que nada tinham a ver, e já deixou de entender muita complicação. Alegam que não têm paciência para livros. Mas, nas bancas, mulheres compram histórias de amor, homens compram histórias de faroeste ou sacanagem. Não lhes interessa o nome ou a nacionalidade do autor, nem pesquisas formais. Interessa-lhes um gênero, e um mundo narrado com que se identifiquem, emocional e lingüísticamente. Só que essas vivências transferenciais foram acusadas, pela própria teoria literária, de serem a leitura errada.

A estética da recepção, por exemplo, especialmente através de Stierle, explicita uma condenação deste tipo de leitura do leitor comum. Julgando equivocada a leitura da ficção como ilusão, Stierle a acusa de ignorar o texto de modo ingênuo, liberando estereótipos imaginários. O contrário disso seria uma recepção competente, baseada no desenvolvimento de um repertório de técnicas que resgatassem o texto em sua concretude. Quem acaba sempre sendo citado como protótipo de leitor errado é Dom Quixote, que pôs o texto no lugar do mundo.

Ora, na época da cavalaria, as novelas deviam naturalmente aticar as saídas masculinas para os embates. A recepção de Alonso Quijano é, mais que tudo, anacrônica. Identificações

são problemáticas por outras causas também, legais, geográficas, sexuais, econômicas, e são um sintoma de desequilíbrio quando se prestam ao apagamento da realidade. Se esta realidade é difícil de suportar, a identificação obsessiva com o universo ficcional é mais provável. Entretanto, considerar o processo de identificação em si mesmo como não estético já faz parte de um modo de pensar a leitura literária como prática de especialistas, especialmente dotados e educados, o que equivale a tirar as classes populares desta jogada.

Escarpit afirma que um povo feliz não experimentaria o desejo de ler. Como não é este o caso do povo brasileiro, cabe-nos indagar as causas desta nossa recusa popular da leitura literária. Uma delas, bem apontada por Regina Zilberman, é o distanciamento entre o imaginário dos textos eruditos e o das pessoas comuns, que dificulta exatamente a identificação. Mesmo para as identificações psicóticas, a página policial dos jornais tem servido melhor. Há pouco tempo, em Belo Horizonte, um homem pregou a página policial do *Estado de Minas* na porta de seu quarto. O jornal falava de um indivíduo que picara em pedaços algumas pessoas em nome de Jesus Cristo.

Numa noite em que a gerente da pensão foi repreendê-lo por andar armado, ele a partiu em pedaços, gritando frases contra as injustiças e os males do mundo. Em que pese a degradação dos atos, essa loucura é a mesma do Quixote, mas os jornais hoje seduzem mais que as novelas. Está em crise a crença nos contadores de histórias, e isso é um sinal dos tempos. Entretanto, fosse a leitura literária inteiramente inócua, a ditadura brasileira não teria passado tantos anos proibindo tantas obras de ficção. Doloroso mesmo é reconhecer que o modo dominante de valorizar a criação literária até hoje funcionou tão bem quanto a censura militar ou melhor que ela para impedir a leitura do povo. Os críticos, escritores e professores que en-deusam a obra autônoma perfeita, e a pessoa genial do autor, ambos acessíveis a poucos capazes, transformam a literatura num Ministério das Grandes Questões Esteticamente Elitizadas.

Querer afastar a literatura da vida é uma medida profilática que parece estar dando certo e vem sobrevivendo até mesmo à superação das teorias legitimadoras de tal afastamento. Os autores ainda gozam a mística do sujeito absoluto com sua criação absoluta, embora ela tenha sido denunciada por toda uma crítica do idealismo. A estética do estranhamento está superada em sua anti-historicidade e hipertrofia do novo, mas continua armando batalhões vanguardistas de choque. Uma intelectualidade aristocrática continua trancando as portas das

artes para o povo: a obra, por sua mera reprodução, já é tachada de Kitsch. O interessante é Kitsch, o amado é Kitsch. A “verdadeira” fruição estética, reduzindo-se aos originais, só é acessível a poucos privilegiados.

Rubert de Ventós, falando das heresias da estética, aponta uma mesma origem para o mais fechado formalismo e para a exigência de engajamento social na literatura: trata-se de uma rígida concepção puritana da arte, que envolve a justificação das formas artísticas, seja por sua magnificência interna, seja por seu efeito social positivo. Nunca é o prazer das formas, sensual ou pragmático, o tipo de experiência valorizada pela estética puritana, mas o esforço eticamente justificado, o *dever* estético. Desta maneira, o puritanismo, de modos diversos, pressupõe *obrigações* para a arte: obrigatoriamente objetiva, ou transcendente, ou questionadora, ou revolucionária, ou lúdica, ou... popular. O que a estética puritana deseja evitar é a relatividade, o deslocamento da questão do *que é arte* para o *quando é arte*. Este deslocamento reduziria o poder da arte dominante e dos discursos sobre a arte, tais como ainda se apresentam hoje. A caracterização degradada da literatura de massa é uma das manifestações da teoria estética puritana.

Entretanto, é difícil pensar sem paternalismo ou desprezo a questão da leitura das classes populares. Quando apontamos as distorções elitistas de quem desrespeita as opções populares, caímos no mesmo autoritarismo, ao pretendermos representar o povo em sua defesa. Se o povo quiser livros, vai reclamar livros. Se não vem reclamando, posso me eleger seu representante e reclamar em seu nome, mas corro o risco de estar projetando num grande número de pessoas minha necessidade pessoal de leitura.

É impossível alguém pensar despojada e criticamente a cultura, sem se enxergar dentro dela. Há pouco tempo, uma história de Henry James, *A volta do parafuso*, me soou como metáfora desse impasse. Visitei a loja das Edições de Ouro em Belo Horizonte para me atualizar sobre suas estratégias de popularização da leitura. Interessava-me particularmente a “Coleção Elefante”, que apresenta os Clássicos da literatura universal recontados por conhecidos escritores brasileiros. *A volta do parafuso* estava lá, sob o título de *Os inocentes*, recontada por Marques Rebelo.

Em todos os livros da coleção, a Tecnoprint avisa que a obra é do escritor brasileiro, escrita *com base* no estrangeiro. Seria a concretização de uma teoria da tradução, segundo a qual tra-

duzir é criar outra obra, que deve ser respeitada como original. Mas, um pouco abaixo, na mesma página, a Tecnoprint também avisa que suas edições reproduzem *integralmente* os textos originais. A contradição é evidente, e se amplia pelas diferenças de tratamento. O *Dom Quixote* de Orígenes Lessa tem 170 páginas. Já *Os inocentes* de Marques Rebelo só se distingue do original por transformar os períodos mais longos em vários períodos curtos. Na “Coleção Universidade” James está bem traduzido, é respeitado o título original, *A volta do parafuso*, mas o exemplar é mais caro, embora de papel pior e de folhas coladas. Assim se populariza a literatura no Brasil.

De qualquer modo, a experiência valeu uma releitura da história de James, que me levou a pensar sobre as dificuldades de pensar pelas cabeças dos outros. Vocês devem lembrar-se da história. Uma moça, que é narradora e personagem, chega a uma rica propriedade para cuidar de duas crianças lindas e inocentes. Logo ela começa a ver pelas janelas e jardins um homem e uma mulher, que a tinham precedido no cuidado das crianças, e que já estavam mortos. Ela passa então a decodificar os sentidos ocultos das falas e ações das crianças, pretensamente dominadas pelos mortos. A governanta quer governá-los para o bem, mas sente suas funções disputadas com os mortos, sedutores e destruidores. Ela se cola então às crianças, não as deixando decidir ou fazer nada sozinhas. Acha que pode tentar recuperá-las, mas o resultado é trágico: a menina, doente, abandona a casa, odiando sua governanta, e o menino morre, talvez sufocado pelo zelo ou pelos desejos insatisfeitos.

Essa governanta age como muitos intelectuais: sente-se capaz de desfazer retóricas, captar sentidos ocultos, zelar pelas consciências alheias. As crianças são como o povo, na visão paternalista: vítimas inocentes, espontaneamente boas, que estão sendo dominadas por demônios. A governanta narra sua certeza de que as crianças não eram donas de seus discursos, mas nunca se pergunta até que ponto ela é dona do seu, sutilmente permeado de prazeres negados, tanto ou mais que de angústias declaradas. Ela quer ver, pois julga que desse modo só ela pode ver. Os mortos se comparam à indústria cultural: é a ficção do desejo, da sedução, vista como ameaça. Mas toda a escrita é também um código dos mortos a decifrar, pois a própria narrativa só é entregue à leitura após a morte da personagem narradora. A escrita é o que permanece e o que seduz. O bem e o mal nela se fundem. A vivência das crianças, assim como a do povo, não é respeitada. Em seu contato com os mortos sem classe, as crianças vêem o que não deveriam ver,

para finalidades contrárias à sua boa formação. Não parecem leitores da literatura de massa? Mas o que se propõe a eles no lugar desses prazeres “escusos”? Nada. Dono de uma verdade complexa e ambígua, o visionário das letras se presume trabalhando por uma causa digna, mas fica sozinho, e a salvação pretendida não chega a concretizar-se. O bem não é um efeito de discursos simplesmente porque estes tangem o inconsciente individual e de classe, e assim refletem contradições inevitáveis. O lugar da verdade se confunde com o lugar da autoridade asseada, mas a autocrítica pode ser dolorosa, a ponto de preferirmos fugir dela.

Os empecilhos à popularização da leitura explicitam nossos conflitos sociais. Nós, que somos a minoria que lê e pensa a leitura, temos de questionar nossas limitações para perceber de que lado realmente estamos. Por que é tão difícil para nós aceitar que o modo de criação literária teria de ser outro, para que a literatura passasse a fazer parte da cultura popular? As instâncias de criação e de recepção não podem estar tão separadas. Por que proletários podem chegar a ser leitores, mas nunca são pensados como escritores? As artes só têm existência popular quando fazem parte dos usos e feitura da comunidade. No caso da literatura, a maioria do povo brasileiro não lê as obras legitimadas, nem frequenta livrarias, coquetéis de lançamento, escolas de letras, bibliotecas. Então, o recitador de rua, o contador de casos no botequim, o escritor de *spray* nos muros são as pessoas que apontam para a possibilidade de que a criação literária esteja viva entre a população. A mim, ou a nós se quiserem, caberia um pouco: por exemplo, transformar em prática a recuperação das experiências de narrar, tornar possível a criação literária coletiva, adotar o folheto como boa alternativa ao livro, desmitificar os produtos e os produtores culturais, sem aceitar fatalismos ou lamentações.

Tudo isso vale se permanece, como contradição nossa, o empenho de conduzir ao bem-estar estético as sensibilidades da maioria. Mas nada cabe a alguém se não satisfaz suas próprias necessidades e desejos. Quem quer, mais que tudo, viver sem facilidades e sem verbas, no anonimato popular? Entretanto, Benjamin, pensador puritano e chique, tem uma frase que vale por uma careta: “a tarefa mais urgente do escritor moderno é chegar à conclusão de quão pobre ele é, e de quanto precisa ser pobre para começar de novo”. Enquanto os letrados não fazemos a opção da pobreza, os inocentes que atirem, de baixo, a primeira pedra. De cima, bastam os efeitos de denúncia dos discursos. Pedras, mais duras que palavras, derrubam palácios. Mudar por inteiro as condições de produção da

escrita e da leitura certamente implica mudar a organização econômica da sociedade. Aí então, sem pobres e sem ricos, seriam outros os valores e as falas. Quem quer assim começar de novo? Felizes os pós-modernos, que não conhecem dilemas. Nós, os de olhos esbugalhados, sentados sob a luz das estrelas, consideramos a possibilidade de acender lâmpadas nas casas vizinhas, sem admitir a evidência de blecaute. Quando todo mundo sair para a rua, talvez percamos o assento. Mas, certamente, o brilho de todos os olhos juntos vai ser maior que o das estrelas. Vamos ver para crer.